

## Educar Para Paz e Para a Sustentabilidade: Construindo Caminhos Para Outro Mundo Possível

*Educating For Peace and Sustainability: Building Roads to Another Possible World*

Verônica Salgueiro do Nascimento <sup>1</sup>  
Domingos Arthur Feitosa Petrola <sup>2</sup>

### RESUMO

Educar para a paz e para a sustentabilidade é apontada hoje como uma das possibilidades para construção de uma educação que dialogue com as eminentes crises civilizatórias, como a violência, o aumento das desigualdades sociais e a degradação socio-ambiental. Essa proposta traz perguntas sobre o modo de vida, questionando o sistema econômico que produz relações de opressão e dominação, e aponta possíveis caminhos para a superação destas. Desta forma, este artigo tem como objetivo promover uma reflexão aprofundada sobre uma prática educacional que centra sua práxis na construção de uma cultura de paz, que tem como valores transversais a tolerância, a solidariedade, o diálogo e a conscientização; bem como traz concepções sobre desenvolvimento que estejam alinhados com a promoção de sustentabilidade, aqui concebida através da recuperação do sentido relacional mais profundo da existência humana com o planeta Terra, nas dimensões cultural, ambiental, política e social. Dessa interligação entre paz e sustentabilidade, ressalta-se a importância da educação como espaço de aprendizagem afetiva, pois a qualidade do conhecimento produzido orienta-nos as emoções e comportamentos, e que, se realizados em uma prática opressiva, podem gerar indiferença em relação à vida e ao ambiente. Portanto, acredita-se que a promoção da tolerância e de uma cultura de paz, e do estabelecimento da sustentabilidade como prática cotidiana é o terreno para ousarmos uma utopia que signifique a superação do atual modelo econômico, político e social; através de novas racionalidades, que mudem radicalmente nossa existência no planeta, nos ensinando a acreditar e a fazer outro mundo possível.

**Palavras-chave:** Educação; Cultura de Paz; Desenvolvimento Sustentável.

### ABSTRACT

Educating for peace and sustainability is identified today as one of the possibilities for building an education that dialogues with the eminent civilizational crises, such as violence, the increase in social inequalities and socio-environmental degradation. This proposal brings questions about the way of life, questioning the economic system that produces relations of oppression and domination, and suggests possible ways to overcome these. Thus, it discusses from a detailed consideration about an educational practice that focuses its practice on building a culture of peace, with transversal values like tolerance, solidarity, dialogue and critical consciousness, as well as brings conceptions of development that are aligned with the promotion of sustainability, being conceived here by the recovering of the deepest sense of human existence in relation with the planet Earth, in its cultural, environmental, political and social dimensions. This interconnection between peace and sustainability, emphasize the importance of education as a place for affective learning, because the quality of the knowledge produced guides our emotions and behaviors, and that, if conducted in an oppressive practice,

<sup>1</sup> Psicóloga. Doutora em Educação (UFC). Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: [vesalgueiro@gmail.com](mailto:vesalgueiro@gmail.com).

<sup>2</sup> Psicólogo. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: [arthurfpetrola@gmail.com](mailto:arthurfpetrola@gmail.com).

can generate indifference to life and the environment. Therefore, it is believed that the promotion of tolerance and of a culture of peace, and the establishment of sustainability as a daily practice is the ground for daring a utopia that means the overcoming of the current economic, political and social model; through new rationalities that radically change our existence on the planet, teaching us to believe and make another world possible.

**Keywords:** Education; Peace Culture; Sustainable Development.

## DANDO OS PRIMEIROS PASSOS

A humanidade se depara atualmente com muitas situações limites<sup>3</sup>, fomentadas nas diversas crises civilizatórias deste século, e algumas nos chamam particularmente a atenção de uma forma mais contundente. Referimo-nos aos fenômenos da degradação socioambiental e da violência.

A globalização durante as últimas décadas tem facilitado o acesso célere à informações, por meio da pluralidade de meios de comunicação, e tem permitido o encontro entre diferentes culturas e saberes, intermediados pelas redes sociais e outras ferramentas tecnológicas; mas, tem ao mesmo passo, gerado um processo de degradação socioambiental, aculturação e dominação econômica e política por parte das grandes nações concentradoras de renda, como nunca vista, mas, infelizmente, já imaginada.

Žižek (2012) afirma que o sistema para manter essas conexões e a alta produtividade (considerada um “sucesso”, em termos econômicos), consome exageradamente os “recursos naturais”<sup>4</sup>, e torna-se por assim dizer uma “maldição”, porque em uma relação cíclica, retroalimentada, ao passo que transforma a natureza, produzindo riquezas econômicas, essas se concentram nas mãos de poucos, favorecendo o acúmulo de capital, que por conseguinte aumenta a desigualdade social e gera mais pobreza, mais exclusão, violência, e toda a sorte de problemas decorrentes da destituição da dignidade humana. Essa “maldição” condena nosso plano a insustentabilidade. Nesse cenário, a necessidade de construção de novas culturas surgem com muita intensidade.

É possível afirmar que tal necessidade se torna algo percebido e destacado. Superar a violência e as desigualdades pode ser considerado como uma situação-limite que está impelindo o ser humano ao ato-limite de construir essas novas culturas de paz e de sustentabilidade. Fazendo com que esses conceitos sejam construídos não mais individualmente, mas por um processo que implica a participação coletiva. Dessa maneira, devemos assinalar que estas só serão obtidas por meio de ações críticas, comprometidas com a promoção de valores humanos e com a justiça social. É com este referencial que se encontra comprometido o presente artigo.

Nesse momento em que tanto se discutem sobre os impactos da crise mundial e os caminhos que serão percorridos para superá-la, vale ressaltar que não se trata apenas de uma crise financeira, mas, sobretudo, de uma crise do paradigma civilizatório (BOFF, 2006). Debate-se um novo consenso; muitos atores sociais afirmam não se tratar de mais um ajuste, aponta-se para o esgotamento do atual modo de produção e distribuição da riqueza. Como indicativo para se refletir sobre alternativas a esse processo de exploração que se encontra no seu limite, “não se pode mais pensar hoje em desenvolvimento sem pensar na perspectiva da paz, e da recuperação do sentido maior de ser humano, das relações entre os seres, do respeito pela vida em sua mais ampla concepção” (CHACON, 2008, p.142).

Gadotti (2008) refere-se a esse mudança-desenvolvimento como uma ecopedagogia, uma ecoeducação, ou uma educação sustentável, onde se busca um sentido coletivo e mais profundo para a existência mundana, tornando-se parte do processo de transcendência/superação sobre o atual modo de vida. O autor defende uma “alterglobalização” (p. 67), ou ainda uma planetarização, que seria uma alternativa a atual globalização fundada na exploração econômica, dominação política e exclusão social, propondo dessa forma, uma recusa ao atendimento às necessidades do capitalismo.

Em concordância com essa dimensão sóciopolítica que não pode ser esquecida ao abordar a complexidade que o debate expressa, enfatizamos a posição de Paulo Freire (2000), ao considerar a luta

<sup>3</sup> Situações-limite são definidas como barreiras, problemas a serem vencidos como parte integrante do processo de conscientização. É preciso reconhecê-las para poder superá-las, ao que o autor chama esse rompimento de ato-limite (FREIRE, 1992)

<sup>4</sup> Falar em recursos naturais é uma forma, a nosso ver, simplista de pensar o ambiente natural, pois se entendemos unicamente como recursos, a natureza se torna objeto a ser transformado, produto a ser convertido em fonte de renda, e não como parte integrante do planeta e de nós mesmos. (Nota dos autores) Segundo Ribeiro (2006), a compulsão por consumir desenfreadamente “bens” indica que em breve precisaremos de um outro planeta para suprir tamanha demanda.

pela paz como uma exigência imperiosa de nossa época. Além disso, ele condiciona a atual luta para a promoção da paz à luta pela instalação da justiça social. “A paz, porém, não precede a justiça. Por isso a melhor maneira de falar pela paz é fazer justiça” (FREIRE, 2000, p.131).

Ainda, por assumir a educação como ato político (FREIRE, 2007), que inicia sua prática por meio de uma profunda reflexão sobre si própria, sobre os compromissos que assume, e sobre como mantém a práxis através das transformações que propõe para o estabelecimento de uma sociedade mais harmônica, é fundamental que se pense em um processo de esperança e libertação que signifique um desenvolvimento que preze pela redução das desigualdades, e conseqüentemente pela sustentabilidade.

Na direção da reflexão sobre a diversidade de entendimentos sobre os conceitos de paz e de sustentabilidade, compreendemos como um dos pontos primordiais a serem desenvolvidos neste trabalho, a exploração da distinção entre o conceito negativo de paz e o conceito de paz positiva, como também a apresentarmos a evolução sobre a compreensão de desenvolvimento sustentável.

## PAZ COM VOZ

Como assinala Jares (2002), a paz passa a ser um conceito negativo quando definida como ausência de conflito bélico ou apenas como estado de não-guerra. Além disto, associa-se também a este conceito a ideia de serenidade e passividade. Segundo esse autor, tal concepção é pobre, classista e interessada politicamente e até mesmo perversa, em certo sentido, pois mantém o status quo vigente.

Ainda conforme o autor, essa concepção foi herdada do conceito de *pax romana*; um conceito pobre e insuficiente, que se apresenta no entendimento de que a paz seria fruto unicamente da ausência de conflitos bélicos entre estados. A capacidade de atuação em relação à paz é reservada ao Estado. Essa concepção revela um caráter restritivo, pois apresenta o Estado como único responsável pela paz, da mesma forma não implica os demais segmentos da sociedade no processo de construção da paz.

Há uma outra consequência muito conhecida de tal posicionamento, revelada na expressão popular ‘deixe-me em paz’. Esta traz a compreensão de que a paz permanece ligada à ideia de viver sem conflito, ou seja, de uma tranquilidade obtida através da não convivência entre as pessoas e da ausência de conflito. Essa compreensão traz um desdobramento muito preocupante, pode gerar uma falta de conhecimento e inabilidade de conviver com o diferente em nome de não criar o conflito. Cabe aqui um questionamento: como aprender a lidar com os limites e desenvolver uma postura respeitosa e tolerante com o diferente, sem entrar em contato com as diferenças e sem vivenciar os conflitos dessa convivência? Além disto, é válido reconhecer que a diferença não está só no outro, mas ela está em mim que também sou diferente, e desse cenário se constrói a noção da diversidade. Dessa forma, podemos resumir: quanto mais hábeis em lidar com os conflitos e mais conscientes da diversidade existente nas relações humanas, mais capazes seremos de construir a paz.

Por outro lado, o conceito de paz positiva desenvolvido por Jares (2002) não é o contrário de guerra, mas sim o de sua antítese, que é a violência, dado que a guerra é apenas um tipo de violência e não o único. “Com o surgimento da Pesquisa para a Paz, o conceito de paz adquire novo significado, ao associá-la não como antítese de guerra, mas de violência” (JARES, 2007a, p.31).

Esse autor também alerta sobre nos encontrarmos numa situação de certa confusão sobre o termo paz. Há uma grande profusão no seu uso e falta uma maior clareza e unicidade em sua definição.

Não existe uma ideia universal sobre o que é paz. “A partir de concepções ideológicas distintas e interesses diversos, constantemente refere-se e apela-se à paz, o que a converte em um dos termos mais fácil e profusamente manipulados” (JARES, 2002, p.121). Acredito que tal quadro nos indica o quão necessária se faz a criação de espaços para se falar sobre a paz para que coletivamente possamos

construir e reconstruir novos entendimentos sobre essa temática.

Ainda refletindo sobre o conceito de paz, é válido tomar também como parâmetro a ideia de paz como equilíbrio do movimento, construída por Boff (2007). Interessante a relação estabelecida pelo autor com as ideias de equilíbrio e movimento. O desafio é buscar a justa medida entre esses dois polos. Sobre tal dinâmica, a seguinte reflexão é muito elucidativa:

Se houvesse somente movimento sem equilíbrio, movimento desordenado, em qualquer direção, imperaria o caos e perderíamos a paz. Se houvesse apenas equilíbrio sem movimento reinaria a estagnação e nada evoluiria. Seria a paz dos túmulos. A manutenção dos dois pólos faz emergir a paz dinâmica, feita e sempre por fazer, aberta a novas incorporações e a sínteses criativas (BOFF, 2007, p.02).

O autor enfatiza uma perspectiva inovadora para se pensar a paz como equilíbrio do movimento. Se houvesse somente movimento, movimento desordenado, em qualquer direção, imperaria o caos e teríamos perdido a paz. Se houvesse apenas equilíbrio sem movimento, reinaria a estagnação e nada evoluiria. A manutenção sábia dos dois polos faz emergir a paz dinâmica, feita e sempre por fazer, aberta a novas incorporações e a sínteses criativas (BOFF, 2007). Como se depreende, a paz não nasce por ela mesma. Ela é sempre fruto de valores, comportamentos e relações que são vividos previamente.

## DESENVOLVIMENTO E O PLANETA

Educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto formal quanto não-formal, um espaço de **formação crítica** e não apenas formação de mão obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação complementares ao sistema formal de educação e negar sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e reproduzir nossa existência no planeta, portanto é uma **educação para a sustentabilidade**. (grifos do autor) (GADOTTI, 2008, p. 106)

Sustentabilidade, ou ainda o Desenvolvimento Sustentável (DS) é popularizado, como conceito, através do lançamento oficial em 1987 do Relatório de Brundtland, mais conhecido pelo título “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*, publicado pela Oxford University Press) que é um documento produzido pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1987). Nesse relatório, e nos anos seguintes, definiu-se sustentabilidade como a ação responsável de atendimento às necessidades do tempo presente, mas sem comprometer o futuro das gerações e a capacidade destas em responder as próprias questões ecológicas e econômicas.

Reconhece dois conceitos-chave suleadores dessa busca: O conceito de Necessidades, privilegiando àquelas que surgem do que é imprescindível para os mais pobres; e o de Limitações, devendo construir um sistema que respeite as relações de espaço e tempo entre Nações e gerações futuras (ONU, 1987).

Dentro dessa perspectiva, diversos teóricos começaram a pensar em como promover desenvolvimento sem degradação, e cuja base de fundação seja um processo de justiça social de conscientização e participação, cujas as respostas para a crise civilizatória-ambiental a serem apresentadas deveriam ser formuladas coletivamente pelos sujeitos históricos, aos quais Freire (2005a) afirmaria que são forçados na vocação ontológica de 'Ser Mais'.

O autor assim afirma, porque acredita que exista uma contínua possibilidade de transformação, de si e do mundo, fundamentada no inacabamento, na incompletude dos homens e mulheres e na ação-reflexão que estes fazem em prol da libertação. E que portanto, se expressa também na vivência das práticas de auto-organização e protagonismo político, no compromisso com a justiça social e a solidariedade; e que caminham para se religar e se reencantar pela natureza, como prática essencial à manutenção da Vida na Terra.

Sustentabilidade, nesse azo, significa participação democrática e redução de desigualdades sociais, e diminuição de pobreza monetária, devendo, portanto, reestruturar as forças produtivas e mudar um sistema que gera situações-limite quase que intransponíveis, por meio de uma racionalidade ecológica, que nos faça conscientes de todos os danos que estão atualmente colocando o planeta em risco face ao modelo de vida-consumo-devastação que criamos e ao qual estamos submetidos.

Betto (2013) prenuncia esse caminho como a “Economia da Suficiência”<sup>5</sup>, que nos servirá de parâmetro para um desenvolvimento sustentável, pois buscando na historicidade e na reflexão da ação humana, superará relações de profunda desigualdade, logo que assegurará os direitos básicos a todos os cidadãos.

## EDUCAR PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL

Um outro aspecto a ser citado refere-se ao ponto de que o estabelecimento de uma determinada cultura necessita do trabalho de cultivo e empenho no desenvolvimento desta. Nessa perspectiva, propomos uma premissa que é fundamental para a compreensão do que defendemos: mais difícil será propor outro mundo possível se não houver um processo educativo que analise integralmente as relações que tem se estabelecido entre os seres humanos e o mundo. Dessa maneira é muito propício relacionar educação, paz e sustentabilidade.

Adotamos a definição de educação para paz sistematizada por Jares (2007a; 2007b; 2002). Ele descreve tal educação como um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente, fundamentado nos conceitos de paz positiva, na perspectiva criativa do conflito, no conceito de desenvolvimento e na tarefa de se assegurar o respeito aos direitos humanos.

De acordo com o documento Carta da Terra<sup>6</sup>, a paz está definida como a plenitude que resulta de relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, com outras culturas, com outras vidas, com a Terra e com o Todo maior do qual somos parte. Tal definição nos convida a pensar que estar em paz é conseguir estar em relação harmoniosa e amorosa com todas as instâncias de convivência. Fica clara então a coerência deste posicionamento com os estudos que fundamentam as mais atuais correntes em educação para a sustentabilidade.

A UNESCO (2005) define a educação para a sustentabilidade como um processo educativo que se funda na promoção de valores que garantam o reconhecimento da dignidade humana, em seus valores éticos, autônomos e realizados, e pelos esforços em mantê-la através de práticas de redução de desigualdade econômica e justiça social, com instituições sociais transparentes e justas. Se pauta na responsabilidade intergeracional, no cuidado da vida terrestre, em toda a biodiversidade, e na construção de comunidades em torno de uma cultura de tolerância, não-violência e de paz.

Estes elementos são tidos como significativos e definidores, e que, mediante a aplicação de enfoques socioafetivos e problematizantes, colaboram no processo de entendimento crítico da realidade, desigual,

<sup>5</sup> Betto (2013) define a economia da suficiência como sendo uma economia que “assegura a cada cidadão os direitos básicos: alimentação, saúde e educação; moradia, trabalho e locomoção; cultura, informação e lazer.” (s/p)

<sup>6</sup> Documento universal que se destina a salvaguardar a dignidade da Mãe Terra e de todos os ecossistemas, aprovado no ano de 2000 nos espaços da Unesco em Paris.

complexa e conflituosa, para que as pessoas possam ter uma atitude e uma ação diante dela (JARES, 2007a).

Gadotti (2008) destaca alguns princípios pedagógicos, saberes e valores que orientam essa construção de cultura de paz e sustentabilidade, sendo eles: educar para pensar globalmente, onde superaríamos as fronteiras e limites para resolução de problemas; educar os sentimentos, produzindo uma racionalidade emocional-afetiva como possibilidade de compreensão do mundo; ensinar a identidade terrena, ampliando a percepção do nosso papel e de nossa responsabilidade frente as transformações; formar para a consciência planetária, como caminho para o reconhecimento e respeito a toda forma de vida; formar para a compreensão, que signifique uma formação crítica e reflexiva atravessada por uma “pedagogia da tolerância”; educar para a simplicidade voluntária e para a quietude, na manutenção de uma cultura de paz que não se faça passiva, mas que possa ser constituída pela humildade e pelo silêncio que antecede e propicia uma ação-reflexão. Tendo como palavra transversal a todos esses princípios, a solidariedade.

Esse destaque dado pelo autor nos remete à ideia freireana de que todo o processo de transformação social, é antes de tudo educativo/pedagógico, e deve acontecer de forma endógena, a partir da mudança interna do sistema, na superação de consciências transitivas individuais e coletivas, no desenvolvimento de um paradigma relacional, e na conscientização (FREIRE, 2005a), propondo outras conexões, proporcionando mobilidade e fluidez necessárias para a construção de uma educação para a outro mundo possível.

Boff (2012) concebe essa educação como sistêmica, ecocêntrica e biocêntrica, cujo o intuito é o de superar o antropocentrismo/especismo; de desenvolver uma consciência de pertencimento a uma unidade cosmológica; de promover a defesa da autorregulação orgânica do planeta que vem sendo afetada diretamente pelo consumo desenfreado; e dentre outras coisas, responsabilizar criticamente o ser humano pelos processos de cuidado (redução de danos e promoção de vida) necessários para a continuidade da civilização.

Um outro significado acrescido por Jares (2007a) a esse tipo de educação libertadora diz respeito ao entendimento de que esta consiste em uma forma particular de educação em valores. Compreende-se que todo modelo de educação traz em si uma opção ideológica e leva consigo a tarefa, em certa medida mais claramente ou não, de transmissão de determinado código de valor.

Educar para a paz pressupõe a educação a partir de – e para – determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo, que questiona os valores contrários a uma cultura de paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo (JARES, 2007a, p. 45).

Por sua vez, a proposta da educação para outro mundo possível também dá ênfase ao aspecto relacional. Compreendemos, portanto, que esse ato educativo deve se fazer em teia, observando-se dialeticamente as relações ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas dos homens e mulheres que produzem, ao mesmo tempo, os problemas que geram as crises que atravessamos, como também as respostas para elas.

Educar para outro mundo possível significa, portanto, a tomada de partido em prol de uma mudança de cultura político-educacional, através do diálogo democrático, pluralista, participativo, sendo pensada a longo prazo, e de forma sistêmica. É uma educação que assume a liberdade, a justiça social, a sustentabilidade, a cultura de paz, a adequada distribuição de renda como valores centrais do ato educativo, além da segurança ambiental-ecológica.

Acrescentamos, contribuindo com a reflexão, a seguinte ênfase, não seria possível um projeto de educação para a paz sem estar fundamentado em uma consciência ecológica que tenha como uma de suas diretrizes as ações comprometidas com o conceito de sustentabilidade. Acreditamos na extrema proximidade entre o que está delineado nas propostas de educação para a sustentabilidade e de educação para a paz. Entendemos também que o conceito chave da “sustentabilidade envolve exigências de profundas transformações nos domínios social, econômico e político que dotem os indivíduos e os grupos de uma base de confiança e otimismo para olharem o futuro” (PUREZA, 2004, p.08).

## O DIÁLOGO COMO FORMA E COMO CONTEÚDO

Na ótica freireana só entre sujeitos se pode superar a relação de opressão marcadamente presente nas práticas da educação bancária para que a educação libertadora possa ser vivenciada., assumindo o *ethos* do Cuidado (BOFF, 1999), em substituição à coisificação, como fundamento imprescindível das relações humanas.

Por isso acreditamos ser importante aprofundar conhecimentos sobre o exercício do diálogo. A contribuição de Freire (2005a) constitui um excelente e fundamental referencial para tal estudo.

Freire (2005a) afirma que o diálogo é uma necessidade existencial. Ele ressalta que para existir o diálogo precisa de humildade e que este não pode significar um ato de arrogância.

Em outras palavras, nada disso faria sentido pedagógico se o educador(a) não entende o poder do seu próprio discurso ao silenciar outros. Por esse motivo, esta compreensão do poder silenciar implica o desenvolvimento da habilidade de ouvir as vozes silenciadas de modo a, então, começar a procurar modos - táticas, técnicas, metodologias - que poderiam facilitar o processo de leitura do mundo silencioso que está em íntima relação com o mundo vivido dos alunos(as) (FREIRE, 2001, p.59).

A proposta de educação elaborada por Paulo Freire (2005a) tem como alvo principal a vocação humana de ser mais. Esta só ocorre no terreno da intercomunicação, não se faz isoladamente. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005a, p.78).

Perceber o educando como sujeito sociocultural (DAYREL, 1996) implica compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. Também lembrando Freire quando afirma “o que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente” (FREIRE, 2004, p.24).

Sendo assim, entendemos que a prática docente deve ir ao encontro do jovem concreto para, através da facilitação de sua fala, através de uma escuta autêntica, este sujeito possa ampliar seu nível de consciência e talvez começar a se perceber como parte importante e integrante do corpo da escola, como também do trabalho de implementação de uma Cultura de Paz.

Podemos afirmar que uma das metas da educação para a paz e para a sustentabilidade é contribuir para a promoção de transformações na qualidade das relações sociais. O respeito e acolhimento às diferenças, a promoção da cidadania e o combate a todas as formas de exclusão são ações que devem estar presentes em todas as experiências educacionais, sejam formais ou informais.



O interessante nesse processo é que a construção de tal caminho muda tanto os que o fazem como aqueles a que se destina. Aprender a viver juntos, a “conviver”, desenvolve as potencialidades do ser mais profundo e originário da pessoa. Dessa ótica, podemos criar e recriar uma cultura genuína da paz, da tolerância e da democracia (SERRANO, 2002, p.11).

Nessa busca de caminhos possíveis, os alunos precisam ser reconhecidos como protagonistas (MATOS; NASCIMENTO, 2006). O caminho é a construção de relações mais respeitadas consigo mesmo, com o outro, com os outros e com o planeta, ou seja, resgatar a paz como princípio regulador de todas as nossas ações.

A relação dialógica de escuta verdadeira e facilitação da expressão da fala do aluno (FREIRE, 2005b) é fator fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz e de sustentabilidade.

Acredito, então, que através da tolerância, do acolhimento, da aposta no potencial dos sujeitos integrais, que somos nós e nossos jovens, sobretudo tendo como opção a “educação dialógica”, a prática pedagógica ético-amorosa, redescobriremos e criaremos espaços de afetividade e conhecimento, para a construção efetiva de uma cultura de paz nas escolas (MATOS, 2006, p. 174).

Em consonância com estas palavras, fortalecemos nossa crença de que o caminho proposto por Freire (2005a) está delineado através da educação dialógica, traduzida por ações como: o respeito ao diferente e ao seu contexto cultural; a abertura ao bem querer entre os sujeitos; o exercício da amorosidade e a leitura crítica da realidade. Estas ações encontram-se diretamente em sintonia com a proposta de uma educação para outro mundo possível.

Deve assumir, dessa maneira, como primeiro inédito-viável<sup>7</sup> o desenvolvimento dialógico e inclusivo daqueles que ao longo da história foram deixados de lado, através de práticas marginalizantes e opressivas, e agora como protagonistas da história, discutem o atendimento das necessidades, a conscientização, o empoderamento e a libertação como resposta direta à destituição constante dos direitos básicos.

## PARA NÃO FINALIZAR

A sociedade que queremos não é de dor, morte, segregações e discriminações. De nada nos adiantará sermos a quinta economia do planeta em 2017 se isso for atingido às custas do extermínio, da criminalização dos jovens, da destruição ambiental e da negação da cidadania a todos e todas (ROSENO, 2013).

Ribeiro (2006) acrescenta que, se desejarmos investir nesta segunda opção, isto implica que precisamos promover uma mudança estrutural de comportamento, na qual os elementos como a simplicidade, o conforto essencial, a frugalidade devem ser revalorizados. Este mesmo autor afirma que “nossa qualidade como indivíduos, e sociedades, afeta a qualidade de nossas ações e condiciona os impactos que causam

<sup>7</sup> Inédito viável, como o termo já sugere, seria uma possibilidade de realidade ainda não existente, mas que encontra no compromisso e no desejo de transformação o caminho pelo qual pode vir a acontecer.

sobre o ambiente” (RIBEIRO, 2006, p. 61). Essa qualidade como indivíduo não se apresentará espontaneamente e tampouco será fruto do modelo educativo comprometido com a reprodução da informação, conteudista e bancária (FREIRE, 2005a). Acredito que o ser humano conseguirá atingir um melhor desenvolvimento a partir de uma proposta de educação na qual este passa a ser visto em sua totalidade.

A mudança de comportamento dependerá da promoção de um conjunto de valores que possam ser cultivados pelo cidadão para que o orientem a estabelecer uma relação menos agressiva e mais cooperativa para consigo mesmo, o outro e a natureza. Um ser humano mais amoroso, sensível, cuidadoso e gentil com a Terra, para com sua espécie e com as demais espécies vivas.

Chacon (2004) ressalta o aspecto da interligação dos problemas enfrentados atualmente pelos habitantes do planeta Terra. Ela ainda acrescenta que a discussão sobre tais problemas deve eleger como centro as relações do homem com os seus semelhantes e destes com a natureza. Uma palavra-chave chama nossa atenção: interligação. Tal aspecto, bastante enfatizado pelos estudiosos da área de sustentabilidade, encontra-se também salientado nos posicionamentos balizadores da educação para a paz.

Na ótica da cultura de paz, há claramente a construção de uma percepção de ser humano em sua integralidade, no qual todos os aspectos do seu ser de relação são compreendidos de forma interligada, ou seja, quebra-se com o posicionamento dicotômico responsável por uma visão e dissociada da realidade.

Um outro ponto também pertinente aos dois projetos de educação aprofundados neste espaço diz respeito ao poder que se atribui à tarefa da educação, nos seus aspectos formal e também informal. A qualidade do conhecimento e da formação que recebemos impregna nossa mente, nossas sensações e emoções, fazendo com que tenhamos comportamentos que, em maior ou menor grau, podem ser agressivos em relação à vida e ao ambiente.

Uma educação, que seja plena de suas capacidades promove tolerância, reconhecimento da diferença, paz, sustentabilidade, será mais difícil de ser estabelecida se não vislumbrarmos, se não ousarmos uma utopia que signifique outro sistema econômico, político e social, que por sua vez seja formado pela simplicidade voluntária, pela quietude e de outras formas de racionalidades, como afirmou Gadotti (2008), em um projeto pedagógico maior, onde nos seja ensinado a acreditar e fazer outro mundo possível.

## REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. *Quatro economias*. Disponível na Internet em: <http://alainet.org/active/6951&lang=es>. Com acesso em 05 de abril de 2013.

BOFF, Leonardo. Bases para a cultura de paz. In: GUIMARÃES, Dulce (org). *A paz como caminho*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006a. p.24-27

\_\_\_\_\_. *Virtudes para um outro mundo possível*. Vol III: comer bem e beber juntos e viver em paz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Como definir a paz*. Disponível em: [www.leonardoboff.com](http://www.leonardoboff.com). Com acesso em 12 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHACON, Suely Salgueiro. Reflexões sobre a condição humana: bases para a harmonia ambiental. In: MATOS, Kelma; SAMPAIO, José Levi (orgs). *Educação ambiental em tempos de semear*. Fortaleza: Editora UFC, 2004. p.45-57.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, liberdade e paz. In: MATOS, K.S.L.; NASCIMENTO, V.S.; NONATO JUNIOR, R. *Cultura de Paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 142-154.

DAYRELL, Juarez. Escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez. (org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p.136-161.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Cristina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Da tolerância, uma das qualidades fundantes da vida democrática. In: FREIRE, Ana. (org) *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p.23-24.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 42ª ed. Rio de Janeiro, 2005a

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005c.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Política e Educação*. 8ª ed. São Paulo: Vila das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

JARES, Xejus. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

\_\_\_\_\_. *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athenas, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Educación y conflicto*. Guia de educación para la convivencia. 2ª ed. Madrid: Editorial popular, 2007b.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Juventude, Paz e Espiritualidade: opção por uma prática educativa ético-amorosa. In: IBIAPINA, Ivana; CARVALHO, Maria Vilani (orgs). *A Pesquisa como mediação de práticas socioeducativas*. IV Encontro de Pesquisa em Educação UFPI. Teresina: EDUFPI, 2006 vol.01. p.167-177.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; NASCIMENTO, Verônica. Construindo uma Cultura de Paz: o Projeto Paz na Escola em Fortaleza. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org) *Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006. p.26-35.

ONU. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Disponível na internet em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Publicado em abril de 1987. Com acesso em 05 de abril de 2013.

PUREZA, José. Para uma cultura da paz. Porto. Ed. Quarteto, 2004

RIBEIRO, Maurício. Caminhos para uma cultura de paz com a natureza. In: GUIMARÃES, Dulce (org). *A paz como caminho*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. p.60-70

ROSENO, Renato. Desenvolvimento e Cidadania. *Jornal O Povo*. Fortaleza, s.p., 13 de abr. de 2013. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2013/04/13/noticiasjornalvidaarte,3037688/desenvolvimento-x-cidadania.shtml>>. Com acesso em: 13 de abr. de 2013.

SERRANO, Glória. *Educação em valores: como educar para a democracia*. 2ªed. Porto Alegre, 2002.

UNESCO. 53/243. Declaração sobre uma Cultura de paz e respectivo Programa de Acção. Disponível em <http://www.unesco.pt/antigo/decadapaz.htm>. Acesso 21/03/2005.

ŽIŽEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. Tradução: Rogério Bettoni. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2012